

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP-Sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015

Autora: Aline Chalus Vernick Carissimi

Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)

Orientadora: Prof.^a Dra. Andrea Barbosa Gouveia

Esta tese apresenta um panorama do sindicalismo docente no estado do Paraná, especificamente a ação sindical da APP-Sindicato, a partir de estudos sobre sua intervenção na construção da agenda política, por meio das reivindicações e negociações com os governos entre os anos de 2003 e 2015. O desafio central é saber como se dão as negociações entre governo e sindicato sobre a pauta educacional do Estado do Paraná. Dessa maneira discute-se as relações de poder presentes nos processos de disputa da agenda política entre a APP-Sindicato e os governos do Estado do Paraná, Roberto Requião do PMDB e Beto Richa do PSDB, especialmente na negociação da pauta corporativa do magistério da educação básica de rede pública estadual do Paraná. Os dados em torno das reivindicações do magistério e os processos de negociação da agenda política foram extraídos a partir do jornal institucional do sindicato o "30 de agosto", pautas de reivindicações e relatórios de governo. No desenvolvimento deste trabalho foram realizados estudos e análises a partir da contribuição de Bourdieu (2012) sobre a disputa pelo poder. Além disso, foram realizados estudos sobre a história do sindicalismo docente no Brasil, em especial o contexto histórico da educação pública no Paraná articulado à trajetória da APP-Sindicato, também foram analisadas a organização estrutural e política da APP-Sindicato. No que se refere às condições de trabalho dos docentes na atualidade, foram realizados levantamentos sobre a conjuntura de carreira e emprego público no Brasil, relacionando-a com as reivindicações da APP-Sindicato, em especial, no que se refere às questões salariais, jornada de trabalho e regime de contratação. Por fim, o trabalho se encerra com a apresentação das negociações, sobre a agenda de reivindicações, estratégias e resultados das principais demandas do magistério público paranaense junto aos governos do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Sindicalismo docente. APP-Sindicato. Agenda política. Ação sindical. Relações de Poder.

O perfil dos professores do campo no estado do Acre: uma análise das políticas de formação docente (2007-2013) e das desigualdades nas condições de trabalho

Autora: Adriana Ramos dos Santos

Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)

Orientadora: Prof.^a Dra. Andrea Barbosa Gouveia

Esta tese objetiva avaliar as políticas de formação dos professores no estado do Acre e seu alcance na constituição do perfil dos docentes da educação básica do campo, a fim de investigar se estas estão contribuindo para reduzir os efeitos das desigualdades e propiciar condições de mais equidade no cenário educacional do campo. Nesse sentido, delineou-se o perfil dos professores do campo a partir das políticas de formação docente implementadas no estado do Acre no período de 2007 a 2013, analisando em que medida essas políticas impactaram a constituição dos perfis dos profissionais da educação básica do campo. Para a avaliação das políticas de formação, elaborou-se uma matriz de avaliação com indicadores que possibilitaram a constituição de unidades de análises referentes ao perfil dos docentes do campo no Acre e com as categorias que permeiam a discussão teórica deste trabalho: desigualdade, igualdade e equidade. A matriz de avaliação foi elaborada a partir do aporte teórico-metodológico presente na literatura de avaliação de políticas (ARRETCHE, 2009; DRAIBE, 2001; STAKE, 1982). As categorias teóricas utilizadas para análise dos dados consistiram na discussão da desigualdade/igualdade e da equidade (ARROYO, 2010, 2012; BOBBIO, 1996; FITOUSSI e ROSANVALLON, 1997; FRISCHEISEN, 2007; SOUZA, 2006). A escolha intencional dessas categorias se justifica por sua presença forte nas políticas educacionais, apresentando-se como forma de enfrentar situações e tensões sociais e políticas vindas dos movimentos sociais e sindicais, como, também, para minorar situações de desigualdade. A pesquisa utilizou dados quantitativos e qualitativos e procedimentos metodológicos variados: a análise documental que passa pela LBD 9.394/96, as resoluções do Conselho Nacional da Educação que definem diretrizes para a carreira do magistério, Lei do Piso do Magistério, o PNE e as legislações estaduais que regulamentam a carreira dos professores no Acre. O questionário foi aplicado junto aos professores da rede estadual do campo no Acre e a entrevista semiestruturada realizada com a representante da Secretaria de Educação. O estudo evidenciou fortes desigualdades quando se comparou a situação formativa e profissional dos professores do campo e da cidade. A remuneração, o nível de formação e a vinculação profissional são inferiores a dos professores que atuam na cidade, além disso, as condições de trabalho desses professores são precárias, pois estes convivem com sobrecarga de trabalho, falta de apoio pedagógico, alta rotatividade e dificuldades de acesso às escolas. Essa realidade dificulta a fixação do professor no campo e vem se constituindo em um grande desafio para a gestão estadual. O perfil dos professores do Acre sinalizou que a valorização dos professores acreanos está consubstanciada na política de formação e vem elevando a titulação dos professores do campo, contudo, estas vêm sendo planejadas e executadas de forma isolada e desarticuladas de outras categorias que são fundamentais para a valorização docente. A política de formação só será capaz de reduzir os efeitos das desigualdades e promover maior equidade quando for integrada à estruturação da carreira docente, à política salarial que assegure a dignidade do professor e à garantia de condições adequadas de trabalho no campo, pois, sem essas condições, essas políticas de caráter emergencial acabam se tornando permanentes, na medida em que continuarão faltando professores qualificados no campo porque o problema da valorização persiste.

Palavras-chave: Desigualdades. Educação do campo. Formação de Professores. Perfil Docente. Políticas Educacionais.

Gestão Democrática: impasses e desafios para a elaboração da Lei Estadual nº 15113, de 11 de novembro de 2003 do Estado do Acre

Autor: Pierre André Garcia Pires

Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

A presente pesquisa tem a gestão educacional democrática como seu tema, e como objeto tomo a criação e elaboração da Lei nº 15113, de 11 de novembro de 2003, que dispõe sobre a gestão democrática do sistema público de ensino do Estado do Acre. A tese apresenta informações sobre o histórico, construção e modificações que ocorreram após a aprovação da referida lei. Por isto, o problema que esta tese buscou responder está articulado à seguinte questão: como se deu o processo de elaboração da lei estadual 1513/2003 e quais são os objetivos por ela própria propostos para a constituição ou ampliação da democracia na educação acriana? Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas análise de documentos, pesquisas bibliográficas e uma pesquisa de campo, utilizando-se como instrumento entrevistas gravadas com os sujeitos que atuaram de forma muito próxima à elaboração da lei. A tese trata da teoria democrática, dos debates sobre a gestão democrática da educação, considerando o contexto da legislação brasileira, e produz um panorama dos Estados e do Distrito Federal em relação a gestão democrática, além, por certo, de analisar a lei estadual acriana de gestão democrática. Apontamos que as mudanças ocorridas no sistema de ensino da rede estadual estão relacionadas à nova modalidade de escolha dos diretores das unidades de ensino e a criação de novas funções para a escola: o coordenador de ensino e o coordenador administrativo, constituindo assim junto com o diretor o núcleo gestor da escola. Nas conclusões, a pesquisa mostra que elaboração da lei aconteceu em três momentos distintos, através de debates envolvendo: a SEE e CODEP; debates nas escolas dos vinte e dois municípios do Acre e a plenária final com a participação de representantes dos municípios, sindicatos, Universidade Federal do Acre, profissionais da educação entre outros. De certa forma os envolvidos tiveram a possibilidade de participar de maneira a contribuir com as suas sugestões para a versão final da proposta de lei. Concluindo esse trabalho, a lei 1513/2003 aponta como elementos para a constituição e ampliação da gestão democrática no Estado do Acre, a eleição dos diretores e a criação dos conselhos escolares. Esses instrumentos possibilitam aos sujeitos autonomia, participação e condições para o desenvolvimento de um trabalho coletivo na escola.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Gestão Escolar. Gestão Democrática. Acre.

Eleições como forma de provimento da direção escolar na Rede Municipal de Ensino de Curitiba

Autora: Renata Riva Finatti

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

Este trabalho busca discutir, à luz do conceito de democracia, as virtudes e vicissitudes do processo de provimento das equipes diretivas das unidades educacionais públicas do município de Curitiba. O município tem, desde 1983, normatização que rege esses processos de escolha por meio de eleições ou consultas à comunidade. Não obstante, a operacionalização desta normativa, ao longo destas três décadas, não foi analisada quanto a sua efetividade como princípio democrático, foco desta pesquisa. A democracia é princípio da legislação Brasileira desde o século XIX, ainda que o conceito tenha sido ampliado ou modificado desde então. O Brasil é um Estado Democrático de Direito, como descrito na Constituição Federal e, portanto, o princípio democrático rege as instituições públicas, dentre as quais a escola. Além do imperativo da Constituição Federal/88 para a gestão democrática da educação (art. 206, VI), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) reafirma o princípio em dois artigos, 3º e 14, impondo a cada sistema a definição de normas de gestão democrática do ensino público. Na mesma toada, os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação explicitam o princípio e a necessidade de se criarem mecanismos para sua efetivação, dentre os quais a consulta à comunidade para provimento da função de dirigente escolar. A pesquisa teve, portanto, como objetivos específicos, a discussão dos conceitos de Estado, democracia e gestão democrática da escola pública; a discussão e análise das eleições como forma de provimento da direção escolar, um dos instrumentos de materialização da gestão democrática da escola pública; descrição e análise de como é tratada a forma de provimento da função de direção das 184 escolas municipais na legislação de Curitiba, à luz do conceito de democracia; e a criação de um banco de dados dos/as profissionais que ocuparam as funções de direção em cada uma das 184 escolas de Curitiba desde os primeiros processos eleitorais (década de 1980). A pesquisa foi desenvolvida a partir de dados documentais e advindos de questionários a diretores/as de escolas municipais, além de análise bibliográfica. Dentre as fontes empíricas, foram estudadas as leis que regeram os processos de eleição/consulta no município de Curitiba, os decretos de nomeação dos/as profissionais que ocuparam função de direção nas unidades escolares após pleitos, a documentação do último processo de escolha, ocorrido em outubro/novembro de 2014, os relatos e observações desta pesquisadora, que esteve atuando na Secretaria Municipal de Educação de Curitiba durante toda a pesquisa, e em especial na equipe de Gestão Escolar durante o processo de consulta e nomeação das candidatas eleitas, bem como um questionário realizado com as novas gestoras, alguns meses após sua nomeação. Os dados demonstram que a rotatividade de profissionais na função de direção não é garantida nas unidades por meio das

eleições, na forma como essas foram tratadas na legislação até 2014, tampouco o instrumento garante gestões democráticas da escola pública.

Palavras-chave: Gestão democrática. Escola pública. Eleições de diretores/as. Provimento de dirigentes escolares. Políticas Educacionais.